

TEORIA DO AGIR COMUNICATIVO E MUNDO DA VIDA

Theory of communicative action and lifeworld

Leonardo de Sousa Oliveira Tavares¹

Artigo recebido e aprovado em Outubro 2015

Resumo: Segundo Habermas, a ação comunicativa é uma atividade indispensável para o desenvolvimento da qualidade de vida na sociedade moderna. Analisamos esse grande marco da teoria habermasiana e sua relação com o conceito de mundo da vida visando esclarecer de que modo esse conceito husserliano torna-se o palco imprescindível para a realização da atividade comunicativa. Ao que tudo indica, a dinâmica do mundo vivido é a fonte da energia que sustenta a interatividade e os valores que constituem o agir comunicativo. Pois, apesar da intermediação do sistema, no momento em que tratamos de linguagem e ação, o mundo da vida permanece com sua natureza fulcral.

Palavras-chave: Habermas. Husserl. Linguagem.

Abstract: The communicative action is, according to Habermas, an indispensable activity for the development of quality of life in modern society. We have analyzed this major milestone of Habermas' theory and its relation to the concept of life-world aiming to clarify in what way this concept husserlian becomes the essential stage for the realization of communicative activity. As everything indicates, the dynamics of the been living world is the source of energy that sustains the interactivity and values that constitute the communicative action. Despite of the intermediation of the system, in the momento when we deal with language and action, the world of life remains with its central nature.

Key-words: Habermas. Husserl. Language.

¹ Mestrando em Filosofia pelo PPGF-UFPB. É bacharel e licenciado em Filosofia.
E-mail: lsotavares@outlook.com

1 A Ética e ação comunicativa

O grande desafio da Ética, na fase de carência de fundamentação, está na insuficiência da razão ao tentar fundamentar uma moral totalmente alheia a qualquer princípio religioso ou metafísico. A intenção moderna de criar uma moral secular autocentrada na racionalidade humana é cada vez mais problematizada no cenário atual das discussões metaéticas saturadas de ceticismo e empirismo. As éticas cognitivistas, para além dos juízos de fato, atribuem à razão, dentre suas capacidades, a análise imparcial da dimensão moral. Essa peculiaridade faz com que este seja um posicionamento capaz de fundamentar-se, ao menos aparentemente, em uma razão genuína, teoricamente capaz de criar uma moral isenta de valores não racionais. Porém, Habermas considera a Ética do Discurso como o posicionamento mais promissor diante do problema da moral que se pretende secularizada.

Uma ética filosófica, como essa Ética do Discurso proposta por Habermas, precisa conferir especial atenção ao fenômeno do ato de fala e sua pretensão de validade comum às normas estabelecidas. Logo, é proposta uma análise formal e pragmática do ato de fala com pretensão de validade e a explicação da ética fundamentada no pressuposto pragmático da universalização no exercício argumentativo. Com esse plano, os empiristas céticos devem atentar, além da razão instrumental, para as intuições morais que permeiam o nosso cotidiano. Segundo a Ética do Discurso, deve se empregar uma atenção especial à comunicação visando identificar os princípios morais constantes e necessários a qualquer interação intersubjetiva vinculada à liberdade e à igualdade dos interlocutores que, provavelmente, partilham da mesma dimensão cultural e social.

A indignação, por exemplo, é uma reação sentimental decorrente de uma ofensa provocada pelo desrespeito a um princípio moral. O cessar da fonte da indignação, ou a desculpa, é um meio para anular esse sentimento do outro. E o ato performativo de desculpar-se só ocorre sinceramente se analisarmos a situação e percebermos o indivíduo em sua inteireza. A indignação não pode ser vista de maneira objetivante, sob pena de ser excluída da nossa perspectiva. Por ser um sentimento provocado pelo não cumprimento da norma, a indignação só é possível e perceptível ao levarmos em consideração o comportamento do indivíduo em relação com os valores morais. Por esse motivo, os sentimentos e vivência de valores são elementos indispensáveis nos debates sobre éticas possíveis, obviamente, sempre inseridas no mundo da vida, instância esta, irrevogável para a análise do fenômeno moral. As intuições morais assimiladas por meio da

socialização, estão sempre presentes em nossa prática comunicativa e só podem ser explicadas satisfatoriamente por meio da dimensão do mundo da vida. Seria esse um passo decisivo para a criação de uma moral secular? Poderíamos dizer que essa teoria representa um grande avanço diante das explicações científicas que não tratam suficientemente da distinção entre o ser e o dever ser.

Conforme é dito por Habermas, em *Fé e saber*, o “jogo de linguagem darwinista de mutação e adaptação, seleção e sobrevivência, é pobre demais para abarcar a diferença entre ser e dever ser” (Habermas, 2013, p.11). As questões ontológicas e éticas jamais poderiam ser examinadas pelo método científico. Provavelmente, essa limitação tenha se agravado na medida em que a ciência se desvincula do mundo da vida que é uma dimensão imprescindível para o entendimento dos jogos de linguagem e das atribuições de valores de qualquer tipo. É evidente a exposição do homem à sua própria realidade cultural e convicções compartilhadas com seus iguais. Descartada essa vivência humana, não seria possível prosseguir com as pesquisas sobre o dever-ser.¹

A disposição do indivíduo, em uma dada comunidade organizada, segundo valores comuns aos seus integrantes, esse horizonte de bases não questionadas é o que tenta abarcar o conceito de mundo da vida. Por trás das normas, sentenças e práticas sociais há uma sofisticada teia de valores e sentimentos que constituem a nossa vida prática comportada no interior do mundo da vida. Para tornar ainda mais clara essa relação entre a moral e o mundo da vida, podemos levar em consideração que o dever de fazer algo está intrinsecamente ligado a ter bons motivos para fazer algo. A norma, no mais das vezes, está associada a uma série de postulados que, por sua vez, são justificados por uma série de experiências e valores morais. O feixe de afetos vivenciados é indispensável para o desenvolvimento de normas eficazes que precisam existir em conformidade com o vivido.

Tanto o objetivismo quanto o subjetivismo ético são posicionamentos fadados ao fracasso pelo fato de se encontrarem atados à ilusão de que só a veracidade das proposições descritivas podem conferir sentido às proposições morais. Os intuicionistas e sua pretensão de verificar as proposições normativas fracassaram. As éticas não cognitivistas não se dão o trabalho de analisar as intuições morais quotidianas, tornando irrelevante toda sorte de sentimentos e proposições. Tais posicionamentos não desejam ou podem concorrer com éticas filosóficas, pois é justamente no cotidiano, expresso

¹ Bem recebidos pela comunidade científica, os enunciados descritivos não podem ser equiparados aos enunciados morais por uma questão de ordem predicativa. A composição de uma substância não pode ser comparada a justiça de uma ação, por exemplo.

radicalmente no conceito de mundo da vida, que a crença em um critério capaz de separar as sentenças morais falsas das verdadeiras se faz presente e tantos outros pressupostos morais tomam forma. As evidências nos levam a crer na moral como produto de um exercício intersubjetivo progressivo. São estas instâncias que fundamentam o agir comunicativo que, por sua vez, são capazes de suportar teoricamente a complexidade de um regime democrático.

2 Na superfície: o agir comunicativo

No princípio do capítulo quatro do livro *Pensamento Pós-Metafísico*, intitulado Ações, Atos de Fala e Interações Mediadas Pela Linguagem e Mundo da Vida, Jürgen Habermas escreve toda uma introdução de bifurcações do ato, voltado a exemplos corriqueiros, utilizando-os para lançar os princípios de sua Teoria de Fala fortemente influenciada por Austin, Searle e o segundo Wittgenstein. Em sua explanação sobre o antagonismo criado entre o dizer e o fazer, confere a esse problema origem na Antiguidade Clássica, onde a principal dificuldade da retórica ateniense estava no não “só dizer como também fazer” e demais separações entre as ações de dizer e propriamente fazer. No entanto, a teoria em questão, antes presume que a fala é responsável por evitar e provocar certas ações. Segundo esta proposta, a ação de fala deve ser admitida tal qual uma ação de gênero peculiar.

Os atos que se aproximam com a menor dificuldade da concepção que temos acerca de ato, comumente se delimitam ao caminhar, escrever, trabalhar, e Habermas faz questão de ressaltar dentre estes, o falar, até o momento ainda não explorado sob os aspectos dos Atos de Fala (Ordens, perguntas, comprovações). Ignorado o sentido amplo da palavra Ato, o autor convoca-nos a partirmos para um próximo passo que consiste na delimitação do ato em dois tipos de ações distintas chamadas por ele de “ação em sentido estrito” e as ações de fala. As ações em sentido estrito são caracterizadas pela busca de um fim manifestado por um ator (agente), disposto a percorrer os meios necessários para a realização de determinado fim.

Posto isso, é identificada a “ação em sentido estrito” por sua necessidade crucial de surgir em primeira pessoa, diferente das ações da fala que são marcadas pela busca do consenso entre falantes e suas múltiplas ferramentas comunicativas. Nesse cenário, “o mundo da vida forma o horizonte para situações de fala e constitui, ao mesmo tempo, a fonte das interpretações, reproduzindo-se somente através de ações comunicativas” (Habermas, 1997, v. 1, p. 41). Sobre a ação concebida no interior do mundo da vida, Galantino diz acerca

de Mounier, um desses filósofos que elegeram a ação como elemento originário² da existência:

O agir (*prattein*) objetiva formar aquele que age, a sua habilidade, as suas virtudes, a sua unidade pessoal. É a ética vista como esforço constante para o alcance da verdade e da autenticidade, em vista de um empenho responsável (Galantino, 2003, p.156-157).

O que eles não percebem é o papel crucial que o agir comunicativo desempenha nas relações políticas e sociais.

As distinções identificadas entre os diversos tipos de ação são relativas por suas fronteiras tênues e de pouco contraste. Não raras são as vezes que notamos pessoas afirmarem que realizaram determinado ato, não porque o ordenaram ou o ameaçaram, mas porque assim o quiseram. No entanto é ressaltada, com a maestria do autor, a diferenciação assegurada entre ações estritas e ações linguísticas no trecho seguinte:

Os atos de fala distinguem-se das atividades meramente não linguísticas, em primeiro lugar, através da feição reflexiva da autointerpretação e, em segundo lugar, através do tipo de sucessos que podem ser conseguidos. Num nível certamente todas as ações, linguísticas e não linguísticas, podem ser apresentadas como uma atividade orientada para um fim (Habermas, 1990, p. 67).

A significação surgida a partir de si é o principal atributo que distingue as ações de fala dos outros tipos de ação, pois as orientações mediadas à busca por um fim são constantes, direta ou indiretamente, em todos os atos estritos e atos de fala. Voltando a citar os exemplos da ação estrita, pode se perceber entre eles uma característica inalterável que é a necessidade de uma perspectiva. A ação de perguntar não traz consigo a garantia de uma resposta, porém, o elaborador dessa ilocução visa ao caráter perlocucionário³ da proposição e, para isso, busca as melhores palavras e o melhor momento. Habermas exemplifica esse fator com o exemplo do cozinheiro penetrado na escolha dos melhores ingredientes, vistos como meios, para um fim concretizado no prato saboroso. O mundo, o qual nos deparamos em níveis da fala, em muitos pontos se diferencia da existência objetiva que levamos, pois a fala é constituída por um mundo

² Diz Mounier, na obra *Il personalismo*, página 138: “Aquele que não age não é.” No interior desse artigo, a ação pode ser compreendida como qualquer expressão verbal ou gestual que precise o lugar do indivíduo na sociedade em que ele vive. Trata-se de deixar sua marca pessoal, principalmente, através da linguagem, no ato de reivindicar, propor e expressar opinião.

³ Conforme definiremos em seguida, a ilocução almeja desencadear determinados efeitos que compreendem uma perlocução. Por exemplo, uma ordem pode ser considerada um ato ilocutório, porém ela só assume um caráter perlocutório com o cumprimento da ordem encaminhada.

de entidades passíveis da óptica do ouvinte e do locutor. Trata-se de uma dimensão revelada pela busca intersubjetiva do entendimento de ambos que almejam coincidir no mesmo fim, auxiliados por uma performance teleológica, diria mais, “teleologizante”.

É certo que a linguagem é um fator indispensável para a organização e até formação da sociedade. Seus mecanismos permitem-nos realizar a interação necessária na qual partirmos do isolamento para a ação de nos mobilizarmos em uma atuação social, em que é necessário o auxílio de vários outros membros voltados para um mesmo propósito. Para fundamentarmos uma “teoria da sociedade, o modelo do sujeito capaz de linguagem e de ação parece mais adequado que o modelo epistemológico” (Habermas, 2012, p. 463). Além do mais, está contido na linguagem o poder de definir a escolha a ser tomada por todos em meio a tantas contingências, o plano de ações elaboradas, a interação e o entendimento de terceiros. Claro, sempre delimitada ao atrito entre o entendimento motivador emitido pelo falante e o ideário já contido no ouvinte.

Dessa forma, jamais, por mais persuasivo que seja o indivíduo, ele poderá convencer intersubjetivamente um terceiro, de um dado antes não existente neste. Nem mesmo por gratificação ou demonstração, a convicção nunca parte de fora para dentro. Grosso modo, isso quer dizer apenas que o diálogo pode ser um importante mecanismo para desabrochar convicções implícitas, contidas no próprio ouvinte, porém nunca este, por si só, poderá convencer ao ouvinte de algo completamente alheio a ele. Isso justifica o ser inquestionável da fé. Mesmo expondo o crente aos maiores argumentos científicos, nada prova a falibilidade de sua crença, com exceção dos casos em que essa desconfiança já se encontra nele.

O ato locucionário é executado pela simples ação de dizer, seja através da escrita ou da oralidade. A locução são palavras dispostas em determinada ordem com significado, falada ou escrita pelo agente locucionário. Como exemplo: “Os livros estavam bem enfileirados e organizados na estante.” Os atos ilocucionários surgem com a pretensão de desencadear determinada força perlocucionária latente, aparente em ordens, promessas, congratulações, pedidos e perguntas. As “forças ilocucionária das ações de fala assumem um papel coordenador na ação, a própria linguagem passa a ser explorada como fonte primária da integração social” (Habermas, 1997, p.36). Tendo em vista os potenciais ilocucionários das sentenças, elas podem ser caracterizadas por diversas peculiaridades identificadas a seguir na afirmação: “Se for eleito, o progresso da cidade estará garantido.” Por meio dessa frase, muitas vezes proferida, temos um largo exemplo do que seria um ato ilocucionário. O candidato ao

firmar através desta frase seu compromisso com a cidade pode, ou não, induzir vários eleitores a votar nele. Entretanto, esse enunciado não garante necessariamente o progresso da cidade se o candidato em questão for eleito.

Identificada no ato ilocucionário a possibilidade da não execução da pretensão do locutor, ressaltamos o fato de os atos perlocucionários serem classificados preponderantemente por seu efeito sobre o outro. Vejamos o exemplo: “Ou você organiza seu quarto, ou fica sem televisão por uma semana.” Tendo convencido o filho por meio dessa ameaça a organizar seu quarto, o ato perlocucionário é posto em vigor a partir da atitude materna de se demonstrar determinada a castigar o filho e a prontidão com a qual o quarto será organizado pelo próprio. Necessariamente, o ato perlocucionário é caracterizado pelo efeito desencadeado a partir do ato linguístico, diferente dos atos ilocucionários que são independentemente das ações desencadeadas posteriormente.

Outro exemplo corriqueiro de ato perlocucionário é a pergunta que comumente requer uma resposta. Ao perguntar: “Por que você não veio?” Automaticamente, o indivíduo com o auxílio pleno das percepções, nota sem esforço a necessidade imediata de dar uma resposta que sirva à pergunta proferida. No entanto, ao tratar-se de linguagem, nada é tão simples e decisivo. Dentre perguntas dirigidas pela busca de respostas, existem as questões retóricas, as perguntas utilizadas apenas para o embaraço de quem não as sabe responder e tantas outras variantes que podem surgir a partir da multiplicidade de intenções e interpretações provenientes da vivência em sociedade e da conseqüente exuberância do mundo da vida, pois o recurso da fala não necessariamente evidencia todas as suas intenções, o ato de A dirigir-se a B, pode tanto encontrar suas finalidades voltadas ao B, quanto ao C que passa dissimulado, fingindo não prestar atenção. Se A pergunta: Você pagou a conta B? Ele pode estar interessado na manutenção da honestidade de B, mantendo-o alerta para o cumprimento de seus compromissos, ou causar embaraço, caso saiba que este se encontra sem condições de pagar, ou, até mesmo, planeja coagir C que tenta fugir do estabelecimento sem pagar a conta. São inúmeras as interpretações com a finalidade de desvendar o significado, pois o agir comunicativo está “[...] no horizonte de um mundo da vida compartilhado e na base de interpretações comuns da situação” (Habermas, 1990, p. 72).

A partir da instituição do consenso de validade atribuído pela valorização intersubjetiva encaminhada ao conceito, surgem os primeiros percalços na busca da univocidade do significado, diretamente da distinção entre as expressões válidas e as expressões que

se pretendem válidas. Surge aí a maior dificuldade da concessão de significações. O que seria a expressão válida e qual seria seu caráter distintivo das outras expressões? Em quais contextos resistem a validade dessa expressão? O mundo da vida poderia ser moldado ao até restringir o sentido de uma expressão ou essa atitude só competiria ao caráter sistêmico da razão instrumental? Nesse sentido,

Enunciados utilizados de modo comunicativo servem simultaneamente para expressar intenções (ou experiências) de um falante, para representar estados de coisas (ou algo que aparece no modo) ou para contrair relações com um destinatário. Nestas três funções se refletem os três aspectos fundamentais do: Entender-se com um outro sobre algo. Existe uma relação triplíce entre o significado de uma expressão linguística e: a) o que se entende com ela; b) o que se diz nela; c) o modo de sua utilização no ato de fala (Habermas, 1990, p. 78).

Habermas abre espaço aos mais variados pensamentos de filósofos que se debruçam sobre esse problema. Ele busca resgatar o pragmatismo até então inevitável, da ligação entre linguagem e mundo, pela simples evidência do mundo da linguagem estar sempre atrelado ao mundo concreto. Posto que a utilidade da linguagem está peculiarmente voltada à ação e à ordem social, pelo menos inicialmente mantida em grau de abstrações e transcendências tênues.

Alheio às formalidades e ao conteúdo da abstração, o mundo da vida é todo permeado por uma comunicação funcional validada pelo consenso entre os falantes que partilham o mesmo mundo multifacetado. O estabelecimento da palavra livro é somente empregada a determinado objeto, no caso de os falantes em questão estarem de acordo com tal convenção. O consenso permanece em uma tensão com o contexto. No exemplo “Eu fiz uma proposta a J.” fica extremamente dúbio: a frase faz parte de uma negociação, firma uma garantia ou conclui um desabafo confessional? O leitor pode interpretá-la das mais diversas maneiras, porém, só o contexto em que a sentença é mencionada comporta em si o significado e a finalidade da sentença em questão. A tessitura intersubjetiva do mundo da vida é indispensável para a conquista desse nível de compreensão.

3 Mundo da vida, sistema e ação comunicativa

A reconfiguração do conceito de mundo da vida em Habermas é realizada a partir das interpretações de uma gama variada de autores filósofos e sociólogos. O intuito das “análises fenomenológicas do mundo da vida do Husserl maduro e as análises não sistemáticas da vida, do segundo Wittgenstein, tem na mira estruturas tidas como

invariantes nos desdobramentos históricos das formas de vida e dos mundos da vida particulares” (Habermas, 2012, p. 219, v. 2). Tor-na-se evidente a intenção de Habermas de atingir a dimensão basilar que fomenta o próprio agir comunicativo e as formulações éticas como emanções do simbólico, dos fenômenos culturais e sociais. Para Habermas,

O mundo da vida constitui, pois, de certa forma, o lugar transcendental em que os falantes e ouvintes se encontram; onde podem levantar, uns em relação aos outros, a pretensão de que suas exteriorizações condizem com o mundo objetivo, social ou subjetivo⁴ (Habermas, 2012, p. 231, v.2).

É inerente à comunidade dos falantes a crença de que estão falando sobre o mesmo mundo e que estão a tratar de algo dado. Graças a essa dimensão mais íntima, provedora dessa condição de possibilidade, há convergências de perspectivas a partir de variados esquemas simbólicos. O nosso entendimento baseia-se nessa dimensão do “sempre já”, numa dimensão do inquestionado, construído a partir de relações com uma esfera cultural geradora de convicções básicas que, por princípio, são inquestionáveis e inesgotáveis.

Habermas assume que o “conceito “mundo da vida”, utilizado no âmbito de uma teoria da comunicação, nasceu da filosofia da consciência e continua trilhando a vereda transcendental do conceito “mundo da vida” oriundo da fenomenologia” (Habermas, 2012, vol.2, p. 248). A partir dessa afirmação, podemos começar a deduzir o quanto na teoria da comunicação o conceito mundo da vida permanece husserliano. A esfera privada, desenvolvida neste dado mundo da vida, é o que comporta, segundo Habermas, todos os desdobramentos socioculturais das civilizações, pois, a própria “separação entre a cultura, a sociedade e a personalidade marca o estado de desenvolvimento de um mundo da vida estruturado simbolicamente” (Habermas, 2012, p. 275, v.2).

Antes de revisar os pormenores da abordagem do social em Parsons, Habermas estabelece um “conceito provisório de sociedade, segundo o qual ela constitui um sistema que necessita preencher condições de manutenção de mundos da vida socioculturais” (Habermas, 2012, p. 275, v.2). Os sistemas tomam forma a medida que desenvolvem mecanismos destinados a coordenação de ações. Por exemplo, a ação justa pode ser complexificada e obscurecida através do sistemas jurídicos densos. Encontramos outro exemplo no princí-

⁴ Em meio à oscilação entre semelhanças e diferenciações ocorridas nas paridades entre as atividades não linguísticas que visam aos fins e às ações do discurso bem-sucedidas, ocorre uma dissolução dos modos de agir em uma zona híbrida, um subsistema que chamamos de mundo da vida.

pio básico da esfera pública obscurecido, por sua vez, pelos estados totalitaristas alemão e italiano. O povo é utilizado como massa de manobra para a constituição de um estado neutralizador do indivíduo, capaz de persuadir seus cidadãos a, praticamente, abandonarem a esfera privada em detrimento do que nós poderíamos chamar de uma esfera pública potencializada, levada do seu âmbito simbólico originário para uma rigidez estruturalmente “sínica”.

Depois de uma análise sobre a banalização da tragédia nos regimes nazista e stalinista, Slavoj Žižek explicita a semelhança que há entre os prisioneiros dos campos de extermínio e as vítimas do *gulag*. É perceptível o quanto ele se aproxima de uma concepção do mundo da vida, ou nesse caso, de sua supressão:

O que os une é o fato de que ambos se encontram no Vazio, privados da vida terrena e sublime: eles estão além do egoísmo, não gozam mais da vida, são indiferentes às satisfações mundanas, inclusive as mais “elevadas”, como ser respeitado pelos colegas; e estão além de se importar com a própria dignidade moral, com a forma como serão lembrados pelo grande Outro, inscritos na tessitura da Tradição – nesse sentido, ambos são uma espécie de morto-vivo, cascas cuja centelha de vida se extinguiu (Žižek, 2013, p. 66).

Apesar de seu discurso encontrar-se comprometido com termos da psicanálise lacaniana, fato que dificulta essa interpretação em específico, torna-se nítido, em suas últimas linhas, a descrição do estado de aniquilação do mundo da vida, nos regimes nazista e totalitarista, que tornavam suas vítimas meras extensões humanas do que Habermas chama de sistema.

Em relação antagônica ao mundo da vida, cresce uma multiplicidade de sistemas que obscurecem nossa própria relação com a existência que se dá por meio da vivência genuína. Para Habermas,

A evolução sistêmica se mede pelo aumento da capacidade de controle de uma sociedade, já a superação entre a cultura, a sociedade e a personalidade marca o estado de desenvolvimento de um mundo da vida estruturado simbolicamente (Habermas, 2012, p. 275, v.2).

Os sistemas, sempre oriundos da razão instrumental, são potenciais deformadores do mundo da vida. Porém, por mais que o caráter sistêmico tome força em nosso meio social, por mais que estas estruturas venham a se tornar cada vez mais complexas e rígidas, “o mundo da vida continua sendo o subsistema definidor da manutenção do sistema da sociedade como um todo” (Habermas, p. 278).

A crença de que podemos observar o mundo da vida como horizonte pré-científico, simplesmente, utilizando o método científico é obviamente contraditória, pois

o posicionamento teórico caracteriza-se como sendo o de um observador “de-sinteressado”; em geral, cabe a esse posicionamento preservar a distância em relação aos interesses cotidianos biograficamente enraizados. Já que de maneira diversa de Husserl, Schütz não pode remeter-se a um método especial de omissão de juízos (*epokhé*), ele se vê obrigado a explicar de outro modo a neutralização da perspectiva ligada ao mundo da vida. E explica-a com uma mudança específica de graus de relevância (Habermas, 2012, p. 231).

A crença que leva Schütz é notoriamente falsa, ao levarmos em consideração que a dimensão científica não é isolada do mundo da vida, ele ignora os elos existentes entre a teorização e a dimensão pré-teórica.

Como podemos perceber, em síntese, o mundo da vida habermasiano coexiste com o sistema, fator presente no mercado, nas estruturas de meios de produção material adequadas a razão instrumental presente nas relações econômicas e políticas. Enquanto a manifestação do mundo da vida, no mesmo autor, torna-se nítida no arcabouço de significados que está presente na linguagem e que deve ser encarado como fator determinante das cosmovisões. No interior da constituição primordialmente humana “se ocultam de forma confusa as estruturas do mundo da vida complementares ao agir comunicativo” (Habermas, 2012, v.2, p. 463). Sejam questões de juízos de fato, juízos de valor ou características subjetivas, são constantes os encontros com pontos de consenso provenientes da esfera do mundo da vida. De acordo com Habermas,

Na medida em que a natureza se torna acessível à observação objetivante e à explicação causal, ela é despersonalizada. A natureza pesquisada pela ciência escapa ao sistema social de relações entre pessoas vivas que agem e falam umas com as outras, atribuindo-se reciprocamente motivos e intenções (2013, p.9).

A exclusão das pessoas ocasionada pelo discurso científico deve ser combatida pela ação comunicativa. A população por meio do livre diálogo deve reivindicar seu espaço na sociedade diante dos técnicos, pois embora estes conheçam os pormenores da infraestrutura de uma cidade, não há ninguém melhor do que seus próprios cidadãos para solicitarem as melhorias necessárias, segundo as suas próprias vivências. Em conformidade com o que foi dito, a ação comunicativa deve permanecer arraigada no mundo da vida para que ela própria não seja monopolizada pelo sistema.

Referências

COSTA, Reginaldo da. **Ética e filosofia do direito**. Rio de Janeiro/São Paulo/Fortaleza: ABC Editora, 2006.

GALANTINO, Nunzio. **Dizer “homem” hoje: novos caminhos da antropologia filosófica.** Trad. Roque Frangiotti. São Paulo: Paulus, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo.** Trad. Paulo Astor Soethe. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. v. 1 e v. 2.

_____. **Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos.** Trad. de Flávio B. Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. 271p.

_____. **Fé e saber.** Trad. Fernando Costa Mattos. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

HUSSERL, Edmund. **A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental.** Trad. Diogo Falcão Ferrer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

JARDIM, Antônio. Comentários sobre a teoria da ação em Habermas. **Pró-Ciência.** Rio de Janeiro, v.1, n.1, jan./mar., 1997, p.7-15.

MIRANDA, Maressa. O mundo da vida e o direito na obra de Jürgen Habermas. **Prima Jur.**, São Paulo, v.8, n.1, p.97-119, jan./jun., 2009.

REESE-SCHÄFER, Walter. **Compreender Habermas.** Trad. Valmir Schneider. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ROUANET, Sergio Paulo. **As razões do Iluminismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SOUZA, Thelman Madeira de. O mundo da vida e a tecnologia fora de controle. **Cadernos da EMARF, Fenomenologia e Direito,** Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p.1-176. Abr./set. 2011.

WITTGENSTEIN. Ludwig. **Investigações filosóficas.** 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. Coleção Os Pensadores.

ZIZEK, Slavoj. **Alguém disse totalitarismo?: cinco intervenções no (mau) uso de uma noção.** Trad. Rogério Betonni. São Paulo: Boitempo, 2013, p.49-66.